

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.632.832 - PB (2019/0370621-1)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**AGRAVANTE : ALAN CAMILO NÓBREGA LAVOR (PRESO)**  
**ADVOGADO : PLATINÍ DE SOUSA ROCHA - PB024568**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto em face de decisão que inadmitiu recurso especial.

Nas razões de recurso especial, sustenta a defesa violação dos arts. 112 da Lei de Execuções Penais e 5º do Pacto de São José da Costa Rica, alegando, em síntese, que o recorrente *já cumpriu mais de 2/5, da sua pena em regime fechado, conforme se observa do cálculo de pena anexo aos autos, nas Fls. 109/110, satisfazendo o requisito objetivo, bem como preenche o requisito subjetivo, pois apresenta bom comportamento, conforme se observa das certidões carcerária, disciplinar e de mérito, as Fls. 183/186 (fl. 231).*

Requer o provimento do recurso para que seja concedida a progressão ao regime semiaberto.

A contraminuta foi apresentada.

O Ministério Público Federal opina pelo desprovimento do agravo.

É o relatório.

DECIDO.

O recurso é tempestivo e ataca os fundamentos da decisão agravada.

Passo, portanto, à análise do recurso especial.

Extrai-se dos autos que a defesa insurge-se contra acórdão que manteve o indeferimento da progressão de regime ao apenado.

Argumenta que o acórdão hostilizado negou vigência ao art. 112 da Lei 7.210/84, porquanto devida a progressão ao regime semiaberto, em função do cumprimento dos requisitos objetivos e subjetivos.

O Tribunal *a quo* manteve a decisão do Juiz da Execução que indeferiu a progressão de regime do apenado, com base nos seguintes fundamentos (fls. 216-222):

No mérito, o agravante pugna pela progressão do regime fechado para o semiaberto sob o argumento de que preenche todos os requisitos legais do art. 112, caput, da Lei de Execuções Penais, in verbis:

"Art. 112. A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos um sexto da pena no regime anterior e ostentar bom comportamento carcerário,

comprovado pelo diretor do estabelecimento, respeitadas as normas que vedam a progressão."

Verifica-se que o apenado foi condenado à pena de 10 (dez) anos de reclusão e 06 (seis) meses de detenção, pela prática dos crimes do art. 121, § 2º, incisos I e IV, c/c art. 14, inciso II, e art. 20, § 3º, c/c art. 329, todos do Código Penal, em regime inicial fechado.

O réu peticionou junto ao primeiro grau de jurisdição pela progressão de regime (fls. 177/181), tendo o seu pedido sido indeferido, consoante se verifica da decisão de fls. 189/191, o que ensejou o presente recurso.

**O juízo primevo concluiu, na respectiva decisão agravada, que, embora presente o requisito objetivo, o sentenciado não demonstra méritos suficientes para retornar ao convívio social. Vejamos:**

"No caso dos presentes autos, o(a) apenado(a) não preenche o requisito subjetivo tornando, inclusive, irrelevante a questão do tempo de pena cumprida em face das circunstancias aqui analisadas.

Verifica-se dos autos, que o apenado encontra-se recolhido desde 05.12.2013, no entanto, ainda que se encontrando privado de liberdade, é acusado de cometer três homicídios, dois deles como mandante no interior da penitenciária, de maneira que além de não apresentar bom comportamento carcerário, demonstrou uma afeição a prática da criminalidade.

Ademais, não obstante o exame psiquiátrico ter concluído que no momento do exame o apenado não indicar anormalidade mental, o perito não avaliou o seu perfil criminológico, que demonstra ser de alta periculosidade, pela prática de sua conduta, notadamente, diante dos processos ativos aos quais ainda é réu e não foi julgado.

Nesse sentido, registre-se que o D. Promotor de Justiça emitiu o seguinte parecer, cujo teor torna parte integrante desta decisão, e que demonstra com real exatidão a impossibilidade de concessão, no momento, do benefício carcerário ora pleiteado:

"MM. Juíza, O presente dossiê de execução penal pertencente ao reeducando ALAN CAMILO NÓBREGA LAVOR, devidamente qualificado, ora cumprindo sua reprimenda na Penitenciária de Segurança Média Juiz Hitler Cantalice em regime semiaberto, veio com vista ao Órgão Ministerial para analisar a possibilidade de concessão de benefício. Acerca do pleito já consta manifestação inserta no Evento 2303.046, cujo teor torna parte integrante deste parecer: "Trata-se de pedido de Progressão de Regime - formulado em favor do apenado ALAN CAMILO NÓBREGA LAVOR, condenado a uma reprimenda total de 10 anos e 6 meses de reclusão, incurso no artigo 121, §2º, I e IV c/c art. 14, II do Código Penal e artigo 20 §30 da Lei 8072/90 c/c art. 329 do Código Penal, cuja prisão definitiva se deu em 05.12.2013. Para análise do critério objetivo exige-se o cumprimento de 1/6 da pena para o delito comum e 2/5 para o delito hediondo, percentual se encontra atendido, conforme nos informa o cálculo da pena, evento 2096723. Todavia depreende-se dos autos que há quatro processos ativos em face do apenado: 1) Processo no:

00009352120138150251, em fase de alegações finais, conforme informa

evento 2201539;2) Processo no: 00025024820178150251, denunciado como incurso no delito de homicídio qualificado, acusado de ser mandante do crime, mesmo recolhido cumprindo pena, conforme informa denúncia inserida no evento 2269045; 3) Processo no 00009106620178150251, denunciado como incurso no delito de homicídio qualificado, acusado de ser mandante do crime, mesmo recolhido e cumprindo pena, conforme informa denúncia inserida no evento 2292740; 4) Processo no 00033186420168150251, denunciado como incurso no delito de homicídio qualificado, acusado de ser mandante do crime, mesmo recolhido e cumprindo pena, conforme informa denúncia inserida no evento 2274781; Da análise do dossiê, no tocante ao pressuposto subjetivo já não podemos dizer que o apenado comprovou, considerando a existência das três denúncias supracitadas. Destarte, o apenado não apresenta bom comportamento carcerário, descaracterizando a existência de mérito em seu favor, uma vez que revela comportamento já que ficou evidenciada a sua predisposição para desobediência e a criminalidade. Registramos ainda que a transferência do seu domicílio penal para a nossa Comarca foi realizada em caráter emergencial conforme se observa da documentação inserta na pasta 2084.263, da qual destacamos o Ofício N.º 822/2017 subscrito pelo Diretor da Penitenciária Padrão Regional de Cajazeiras noticiando que iria ocorrer uma rebelião entre presos da facção 'Okaida' que pretendiam causar morte de 06 apenados da facção 'EUA'. Com esses fatos, não há em quase falar em direito à progressão de regime, pois ausente é o requisito subjetivo, nos termos do disposto no art. 112, caput, da Lei de Execuções Penais. Diante todo o exposto, pugnamos pelo indeferimento de progressão de regime, devendo ficar por mais tempo no regime em que se encontra atualmente. João Pessoa, 19 de junho de 2018. Assinado eletronicamente por:

OTACILIO MARCUS MACHADO CORDEIRO. Data: 19/06/2018."Na decisão catalogada na pasta 2312.717, determinou-se que o apenado fosse submetido ao exame criminológico, cujo Laudo se encontra inserto no Evento 2379.228.Em que pese ter concluído que o apenado faz jus ao pleito, entendemos que o mesmo não pode prosperar. Nesse sentido, é a jurisprudência:AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL PROGRESSÃO DE REGIME PRISIONAL Pleito de progressão ao regime semiaberto ao argumento de satisfação dos requisitos Descabimento Exame criminológico favorável por maioria Considerações negativas apresentadas no parecer psicológicos aliadas ao histórico prisional conturbado do sentenciado, marcado pela prática de faltas disciplinares de natureza grave, dentre as quais abandono e fuga, revelam ser temerária almejada promoção ao regime intermediário ante a não demonstração do mérito Decisão incensurável. Recurso desprovido. (TJSP; Agravo de Execução Penal 0030256- 38.2014.8.26.0000; Relator (a): Camilo Léllis; Órgão Julgador: 7ª Câmara de Direito Criminal; Foro de Presidente Prudente - 1ª. Vara das Execuções Criminais; Data do Julgamento: 27/11/2014; Data de Registro: 01/12/2014). Por fim cumpre ressaltar que o apenado planejou a morte de pessoas fora do sistema penal, cujos fatos são corroborados pelas denúncias catalogadas nos Eventos

2269.645 e 2274.781 e se mostram aptos a recomendar e a legitimar a permanência do apenado no regime fechado por mais tempo, que por sinal trata-se de uma medida firme e imprescindível objetivando evitar o cometimento de novas infrações penais dentro e fora do cárcere, desarticulando qualquer outro tipo de plano criminoso que venha a causar prejuízos à paz e à tranquilidade da sociedade. Ante o exposto pugnamos pelo indeferimento do pleito de progressão de regime, devendo, assim, elementos deste naipe ficar segregado no regime fechado por muito e muitos anos, justamente para resguardar a nossa sociedade da ação deste delinquente. João Pessoa, 24 de outubro 2018 Assinado eletronicamente por: NILO DE SIQUEIRA COSTA FILHO. Data: 24/10/2018".

Conforme se denota, afora a pena atual que cumpre, o apenado/requerente responde ainda quatro ações penais, das quais três por homicídio e, duas delas como mandante, ação praticada de dentro do estabelecimento penal. Tais ações penais, portanto, criam óbice extremo no que se refere a concessão do pedido, posto que inexistente o preenchimento das condições subjetivas necessárias à sua progressão, conforme exigência legal. Aliás, essa é a melhor vertente jurisprudencial, posto que a saída do postulante, prima fade, colocaria em risco a sociedade em face do perfil aqui delineado..." (sic). (fls. 189/191)

**Pois bem. O requisito objetivo resta cumprido, como se vê à fl. 109. No entanto, conforme amplamente demonstrado na decisão agravada, o requisito subjetivo não foi preenchido.**

**A despeito de existir certidão cartorária e parecer da Chefia de Segurança e Disciplina atestando bom comportamento carcerário, datados de 30/05/2018 (fls. 157/158 e 159, respectivamente), não impede que o magistrado, analisando a situação concreta do réu, indefira o pedido de progressão de regime. Esse é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:**

(...)

**Na hipótese dos autos, o Juízo das Execuções Penais fundamentou idoneamente a negativa de progressão de regime, com vasta explanação, baseada na situação concreta do apenado, ressaltada, inclusive, pelo representante do Ministério Público.**

Assim, inexistindo elementos que indiquem o merecimento do reeducando em obter, neste momento, a progressão para o regime semiaberto, elementos estes, ressalte-se, que propiciem ao julgador a certeza de que o sentenciado esteja preparado para o progresso carcerário, apto para o convívio em sociedade, não há como decidir favoravelmente à pretensão almejada, pois, para tanto, deve o Juiz estar plenamente convencido de que o condenado preenche os requisitos de natureza objetiva e subjetiva. Não é o caso dos autos.

Importante, ainda, salientar que em sede de execução criminal vige o princípio do "in dubio pro societate", prevalecendo em primeiro lugar os direitos da sociedade. Por tais motivos e na preservação dos interesses da sociedade, é de todo conveniente que o sentenciado deva permanecer no regime fechado, porquanto ausentes os méritos exigidos para a concessão da

progressão ao regime semiaberto, até que se tenha certeza de que o mesmo adquiriu valores de personalidade que lhe permitam retornar ao convívio social.

Deste modo, tenho que agiu com acerto o douto Magistrado a quo, não havendo razão para o inconformismo do agravante quanto ao indeferimento da progressão de regime prisional baseada na ausência de requisito subjetivo. Conclui-se, diante das situações fáticas analisadas e da ausência dos requisitos legais, que o agravante, a toda evidência, nesta ocasião, não faz jus a qualquer alteração em sua situação prisional atual, na possuindo, portanto, direito à progressão de regime.

Ante o exposto, **NEGO PROVIMENTO AO AGRAVO EM EXECUÇÃO**, em harmonia com o parecer ministerial.

Prevê a norma legal que, respeitadas as regras que vedam a progressão de regime, o juiz pode deferir o benefício quando o preso tiver cumprido o lapso temporal e possuir mérito carcerário, o qual pode ser atestado pelo diretor do estabelecimento prisional.

Ressalte-se, entretanto, que, de acordo com jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, embora a Lei n. 10.792/2003 tenha introduzido nova redação ao artigo 112 da LEP, a qual não mais exige a realização do laudo criminológico para a concessão de progressão de regime, não é vedado ao magistrado aferir, com base nas peculiaridades do caso concreto, o mérito do reeducando, indeferindo, de maneira fundamentada, a benesse.

Nesse sentido, os seguintes precedentes:

**HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO DE REGIME. EXAME CRIMINOLÓGICO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 439/STJ. REQUISITO SUBJETIVO. EXISTÊNCIA DE MOTIVAÇÃO. ORDEM NÃO CONHECIDA.**

1. O Supremo Tribunal Federal, por sua Primeira Turma, e a Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça, diante da utilização crescente e sucessiva do habeas corpus, passaram a restringir a sua admissibilidade quando o ato ilegal for passível de impugnação pela via recursal própria, sem olvidar a possibilidade de concessão da ordem, de ofício, nos casos de flagrante ilegalidade. Esse entendimento objetivou constitucional mais importante de proteção à liberdade individual do cidadão ameaçada por ato ilegal ou abuso de poder, garantindo a celeridade que o seu julgamento requer.

2. A Lei n. 10.792/2003 deu nova redação ao art. 112 da Lei n. 7.210/1984, para suprimir a realização de exame criminológico como expediente obrigatório para a progressão de regime.

3. "Admite-se o exame criminológico pelas peculiaridades do caso, desde que em decisão motivada" (Súmula 439/STJ).

4. No caso, o Tribunal de origem ao indeferir a progressão logrou fundamentar a necessidade do referido exame, invocando elementos concretos dos autos que pudessem afastar a decisão do magistrado, levando

em conta, sobretudo o registro de faltas disciplinares graves no curso da execução. 5. Ordem não conhecida (HC 350.694/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 28/06/2016, DJe 01/08/2016).

PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO DE REGIME. AUSÊNCIA DE CUMPRIMENTO DO REQUISITO SUBJETIVO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

I - Para a concessão do benefício da progressão de regime, deve o acusado preencher os requisitos de natureza objetiva e subjetiva, nos termos do art. 112 da Lei de Execuções Penais, admitindo-se o exame criminológico pelas peculiaridades do caso, desde que em decisão motivada (Súmula 439/STJ).

II - Na hipótese, determinada a realização do exame criminológico, o Juiz da Execução indeferiu o pedido de progressão de regime prisional do ora agravante, consignando a ausência do requisito subjetivo, notadamente pela conclusão desfavorável do laudo, bem como pelo histórico de faltas disciplinares de natureza grave, razão pela qual não se vislumbrou qualquer flagrante ilegalidade passível de ser sanada pela concessão da ordem de ofício. Agravo regimental desprovido (AgRg no HC 350.097/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 02/08/2016, DJe 16/08/2016).

No caso, as instâncias ordinárias entenderam que não se encontra preenchido o requisito subjetivo, previsto na legislação de regência, indeferindo fundamentadamente o pedido de progressão de regime.

Dessarte, a pretensão de afastar os fundamentos da decisão proferida pelo Tribunal *a quo*, de modo a aferir o presença dos requisitos para a concessão do benefício, demandaria a análise do acervo probatório dos autos, o que é inadmissível na via do especial, em atenção à vedação contida na Súmula 7 desta Corte.

A proósisito, os seguintes precedentes:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PROGRESSÃO DE REGIME. EXAME CRIMINOLÓGICO. ACÓRDÃO QUE DECIDIU A CONTROVÉRSIA COM BASE NA LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA. ART. 112 DA LEP (LEI N. 10.792/2003). PARECER PSICOLÓGICO DESFAVORÁVEL. CONCLUSÕES SUBJETIVAS QUE, SEGUNDO O TRIBUNAL DE ORIGEM, NÃO ABALAM O ATESTADO DE BOM COMPORTAMENTO CARCERÁRIO. INVERSÃO DO JULGADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

1. Como dito na decisão agravada, o acórdão impugnado decidiu em conformidade com o entendimento desta Corte, ao afirmar que o art. 112 da Lei de Execução Penal, com a redação introduzida pela Lei n. 10.792/2003, passou a estabelecer, para a concessão da progressão de regime ou do

livramento condicional, tão somente, o preenchimento cumulativo dos requisitos objetivo (lapso temporal) e subjetivo (bom comportamento carcerário), nada explicitando acerca da necessidade de exame criminológico.

2. Não se olvida que o Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento de que, uma vez realizado o exame psicossocial ou criminológico do apenado, como aqui terminou ocorrendo, nada impede que o magistrado se valha dos elementos ali constantes para formar a sua convicção. (Enunciado n. 439/STJ).

3. Entretanto, a decisão agravada assentou ser inviável a reforma da orientação adotada pelo Tribunal de origem, a uma, por inexistir afronta aos dispositivos de lei federal apontados, a duas, porque a instância ordinária entendeu que os elementos apontados na análise psicológica, por si sós, são insuficientes para macular o mérito do apenado, que cumpriu os requisitos exigidos na legislação de regência para a obtenção do benefício.

4. Por essas razões o recurso especial foi improvido, pois a inversão do julgado, como pretende o recorrente, demandaria o reexame do conjunto probatório, providência incompatível com a via estreita do recurso especial, a teor do enunciado 7 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.

5. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no REsp 1330098/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, julgado em 21/5/2013, DJe 31/5/2013).

RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. LIVRAMENTO CONDICIONAL. ART. 112 § 2º DA LEP. RECONHECIMENTO, PELO TRIBUNAL A QUO, DO BOM COMPORTAMENTO CARCERÁRIO. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. NÃO CONHECIMENTO.

1. A nova redação do art. 112 da LEP, dada pela Lei 10.792/03, estabelece que, para a progressão de regime de cumprimento de pena e livramento condicional, basta que se satisfaçam dois pressupostos: o primeiro, de caráter objetivo, que depende do cumprimento de pelo menos 1/6 da pena; o segundo, de caráter subjetivo, relativo ao seu bom comportamento carcerário, que deve ser atestado pelo diretor do estabelecimento prisional.

2. In casu, o livramento condicional foi concedido ao condenado em razão do preenchimento dos requisitos objetivos e subjetivos elencados em lei, sendo certo que o debate sobre o acerto das decisões proferidas pelo Juízo de Primeiro Grau e pelo Tribunal de origem, relativamente ao comportamento do apenado, envolveria o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado pela Súmula nº 7/STJ.

3. Recurso Especial não conhecido (REsp 1008651/RS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 29/4/2009, DJe 01/6/2009).

Ante o exposto, nego provimento ao agravo em recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 20 de março de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator